



Número: **0009045-82.2019.8.17.9000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **Primeira Turma da Primeira Câmara Regional de Caruaru**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Humberto Costa Vasconcelos Júnior (1ªTPCRC)**

Última distribuição : **17/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IVO FRANCISCO DE LIRA (AGRAVANTE)		KELLY JULLIANNY SANTOS FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (AGRAVADO)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8699854	23/10/2019 16:33	Acórdão	Acórdão



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Primeira Turma da Primeira Câmara Regional de Caruaru

Rua Frei Caneca, s/n, Maurício de Nassau, CARUARU - PE - CEP: 55012-330 - F:()

Processo nº **0009045-82.2019.8.17.9000**

AGRAVANTE: IVO FRANCISCO DE LIRA

AGRAVADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

INTEIRO TEOR

Relator:
HUMBERTO COSTA VASCONCELOS JUNIOR

Relatório:

**PRIMEIRA CÂMARA
REGIONAL DE
CARUARU – 1ª
TURMA**

**AGRAVO DE
INSTRUMENTO N.º
009045-82.2019.8.17.9000**

-

AGRAVANTE: IVO
FRANCISCO DE LIRA

AGRAVADA:
SEGURADORA LIDER
DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT

-

RELATOR: Des.
Humberto Vasconcelos
Júnior



RELATÓRIO

Recurso: Trata-se de Agravo de Instrumento, interposto contra decisão interlocutória, proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1816-37.2019.8.17.2480, promovida pela parte Agravante.

Decisão vergastada: o juiz da causa intimou a parte autora para acostar aos autos laudo médico que ateste a invalidez alegada na inicial, devendo indicar a graduação da lesão em conformidade com a Lei 6.194/74 e que tornaria inadequado o pagamento administrativo da indenização securitária, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

Fundamentos do Recurso: Aduz o Agravante que a decisão agravada causará lesão grave de difícil reparação, impedindo seu direito de ação, uma vez que a comprovação médica exigida não é documento necessário para o ingresso da Ação Judicial, uma vez que a própria Lei nº 6.194/74, não exige que as partes requerentes apresentem esse laudo para a propositura da ação judicial.

Defende que todos os documentos que instruem a exordial, comprovam seu acidente, bem como suas lesões, não tendo condições financeiras de arcar com a despesa de um médico particular para que ele possa fazer a degradação da sua debilidade, bem como não é possível a realização de perícias no IML.

Pugna, assim, pelo provimento do recurso.

Decisão interlocutória desta Relatoria que deferiu o pedido de efeito suspensivo Id n.º 7065973.

Contrarrazões: A parte Agravada pugna pelo desprovimento do recurso.

É o Relatório. Inclua-se em pauta.

Caruaru, de de 2019.

Des. Humberto Vasconcelos Júnior

Relator



Voto vencedor:

PRIMEIRA CÂMARA
REGIONAL DE
CARUARU – 1ª
TURMA

AGRAVO DE
INSTRUMENTO N.º
009045-82.2019.8.17.9000

-

AGRAVANTE: IVO
FRANCISCO DE LIRA

AGRAVADA:
SEGURADORA LIDER
DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT

-

RELATOR: Des.
Humberto Vasconcelos
Júnior

VOTO

Inicialmente, recebo o presente recurso, por restarem obedecidos os requisitos para sua admissibilidade.

Cinge-se o debate do presente recurso em analisar se andou bem o juiz *a quo*, ao intimar a parte autora para acostar aos autos laudo médico que atestasse a invalidez alegada na inicial, devendo indicar a graduação da lesão em conformidade com a Lei 6.194/74 e que tornaria inadequado o pagamento administrativo da indenização securitária.

Em sede liminar foi deferido o pedido de efeito suspensivo nos seguintes termos:

(...)Isto porque, traduzindo a relevância na fundamentação sob o aspecto da probabilidade do direito aventado, restou demonstrado nos autos, uma vez que a ação originária trouxe a comprovação do acidente automobilístico e demais prontuários de saúde, indicando alterações fisiológicas no joelho de natureza pós-traumática.

De fato, a Lei nº 6.194/74, não exige que as partes requerentes apresentem laudo médico especificando a graduação da lesão para a propositura da ação judicial, sendo os documentos apresentados suficientes. Será o exame pericial que irá indicar especificamente a graduação da lesão.

O art. 5º da referida lei prevê que será devida a indenização àquele que comprovar a ocorrência do acidente e o dano dele decorrente, não dispondo a respeito da exigência de laudo do IML, ou laudo médico particular indicando a graduação, para fins de ajuizamento de ação de cobrança de seguro DPVAT.

Com isso, estando presente a probabilidade de provimento do recurso, passamos a análise do periculum in mora.

Verifica-se presente tal requisito, em observância ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, não se podendo criar óbice ao acesso ao Judiciário, vejamos:

EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO A MENOR NA VIA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. JURISDIÇÃO CONDICIONADA. IMPOSSIBILIDADE. PROCURAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE.



Não se pode exigir da parte demandante o requerimento administrativo prévio como condição para a propositura de ação judicial. Tal postura dissente do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

Também em observância ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, é descabida a exigência de procuração pública para a outorga, pelo analfabeto, de poderes de representação ao seu advogado. Apelação não provida, à unanimidade. (TJPE, APELAÇÃO CÍVEL 0000278-82.2018.8.17.2180, Rel. JOSE VIANA ULISSES FILHO, Gabinete do Des. José Viana Ulisses Filho, julgado em 17/04/2019)

Cabe salientar, no entanto, que nesta fase do agravo de instrumento, em análise de cognição sumária, a questão é apreciada apenas de forma superficial, a fim de verificar a existência ou não dos requisitos necessários à concessão do efeito liminar pleiteado, cujos requisitos vislumbro presentes em sua totalidade neste momento para o Agravante, como mencionado alhures.

Com isso, entendo mostrar-se razoável determinar o efeito suspensivo total da decisão combatida a respeito do caso em epígrafe.

Isto posto, com supedâneo no artigo 932, II, do CPC, defiro o pedido de concessão do efeito suspensivo perseguido, prosseguindo-se o feito sem a necessidade de juntada de laudo médico especificando o grau da lesão nessa ocasião.

-

Mantenho o entendimento acima esposado, eis que não há novos elementos nos autos que possam induzir qualquer alteração do ali apresentado.

Razoável enfatizar que a Lei nº 6.194/74 não exige que as partes requerentes apresentem laudo médico especificando a graduação da lesão para a propositura da ação judicial, sendo os documentos apresentados suficientes. **Será o exame pericial que irá indicar especificamente a graduação da lesão.**

O art. 5º da referida lei prevê que será devida a indenização àquele que comprovar a ocorrência do acidente e o dano dele decorrente, não dispondo a respeito da exigência de laudo do IML, ou laudo médico particular indicando a graduação, para fins de ajuizamento de ação de cobrança de seguro DPVAT.

Face ao exposto, **DOU provimento ao presente Agravo de Instrumento**, mantendo-se em definitivo a liminar já proferida neste recurso.

Caruaru, de de 2019.

Des. Humberto Vasconcelos Júnior

Relator

Demais votos:

Ementa:





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Gabinete do Des. Humberto Costa Vasconcelos Júnior (1ºTPCRC)

Rua Frei Caneca, s/n, Maurício de Nassau, CARUARU - PE - CEP: 55012-330 - F:()

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) nº **0009045-82.2019.8.17.9000**

AGRAVANTE: IVO FRANCISCO DE LIRA

AGRAVADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

EMENTA: PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO – DPVAT - DECISÃO AGRAVADA QUE DETERMINOU A JUNTADA DE LAUDO MÉDICO ESPECIFICANDO O GRAU DA LESÃO – REFORMA DA DECISÃO - AGRAVO PROVIDO.

1. A Lei nº 6.194/74 não exige que as partes requerentes apresentem laudo médico especificando a graduação da lesão para a propositura da ação judicial, sendo os documentos apresentados suficientes. Será o exame pericial que irá indicar especificamente a graduação da lesão.

2. O art. 5º da referida lei prevê que será devida a indenização àquele que comprovar a ocorrência do acidente e o dano dele decorrente, não dispondo a respeito da exigência de laudo do IML, ou laudo médico particular indicando a graduação, para fins de ajuizamento de ação de cobrança de seguro DPVAT.

3. Prosseguimento da ação sem necessidade de juntada do referido documento.

4. Agravo provido.

-

ACÓRDÃO

-

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos deste recurso, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Regional de Caruaru – 1ª Turma, à unanimidade de votos, em **DAR provimento ao recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Caruaru, de de 2019.

Des. Humberto Vasconcelos Junior

Relator

Proclamação da decisão:

"A unanimidade de votos, julgou-se o processo nos termos do voto da relatoria".



Magistrados:
HUMBERTO COSTA VASCONCELOS JUNIOR
JOSE VIANA ULISSES FILHO
MARCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA
SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

CARUARU, 23 de outubro de 2019

Magistrado

